A Ingerência Estadunidense na Venezuela no Governo Trump

Tauana de Freitas
Isadora Rabaiolli Fornari
Gabriela Elisa Henz Hammes[1]

Resumo: De acordo com a situação de incertezas da Venezuela, outros países passaram a interferir de forma política e econômica no país, dentre eles os Estados Unidos, exercendo seu papel de superpotência mundial. O presente artigo observa quais são os interesses dos EUA na Venezuela, levando em consideração a crise política, humanitária e econômica que o país vivencia desde a posse do presidente Nicolás Maduro em 2013. E como o governo de Maduro levou à consolidação da crise. Também, são detalhados os meios diplomáticos e as sanções que Donald Trump utilizou para interferir na crise venezuelana e garantir a sua hegemonia na região quando outros países como a Rússia se aproximaram da América Latina.
Palavras-chave: Crise na Venezuela. Estados Unidos. Intervencionismo. Chavismo.

1 Graduandas em Relações Internacionais, pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES).

1 Introdução

A Venezuela, governada nos últimos 21 anos por representantes do Partido Socialista Unido da Venezuela, conhecidos pelo termo "Chavista", vive uma crise, desde 2013, não apenas econômica, mas também política e humanitária. Os governos chamados de Chavistas, possuem caráter populista e forte relação com as Forças Armadas nacionais. Surgiram a partir da Revolução Bolivariana liderada por Hugo Chávez, com o objetivo de obter mudanças sociais, econômicas e políticas no país (SEABRA, 2010, p. 212).

O Chavismo leva este nome por possuir a pessoa de Hugo Chávez como uma centralização, fonte, inspiração e direção de processos. O Chavismo tem por característica política o posicionamento esquerdista e a grande influência do modelo socialista, que seguia uma ideologia utópica visando a um modelo de democracia na qual o povo teria voz ativa determinante e a uma economia baseada em sistema de troca que obtivessem o mesmo valor (PEREIRA, 2015, p. 109). Também, apresenta um discurso de "política nacional, fortemente personalizada, como é o caso do discurso nacionalista, antioligárquico e anti-imperialista" (SEABRA, 2010, p. 217).

A partir de seu segundo mandato, iniciado em 2006, o então presidente Hugo Chávez passou a promover mudanças econômicas e sociais no país, visando a guiá-lo ao chamado "socialismo do século XXI", um modelo de sociedade baseado na solidariedade e na cooperação, que visava frear a destruição provocada pelo neoliberalismo (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 7). Desse modo, desde 2013, quando foi eleito o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro tem tentado continuar o legado chavista na Venezuela.

A consolidação dos governos de Chávez e Maduro resistiram a intervenções políticas diretas e indiretas dos Estados Unidos, principalmente sanções diplomáticas, econômicas e geopolíticas, ao exemplo da proibição norte-americana em relação à movimentação do governo venezuelano nos mercados de ações dos Estados Unidos, em 2017 (MARCO, 2017). Porém, atualmente, em meio à crise que se encontra a Venezuela, é importante refletirmos quais são os interesses dos Estados Unidos, os meios diplomáticos e as sanções que o presidente Donald Trump utilizou para

interferir na crise da Venezuela e os impactos dessa intervenção para o âmbito da segurança internacional.

É possível observar que os atores do sistema internacional voltaram seus olhares à Venezuela em 2019, quando o deputado nacional venezuelano Juan Guaidó, autoproclamou-se presidente interino. Acontecimento este que despertou interesse do governo estadunidense, visto que as ideias políticas e econômicas de Guaidó condiziam com os interesses dos Estados Unidos (EUA), diferentemente da postura de Nicolás Maduro (HJELMESETH, 2019, p. 8).

Esta pesquisa tem caráter exploratório e pretende identificar os fatores que levaram os EUA a interferir nos processos políticos domésticos da Venezuela, respondendo ao questionamento de quais são os interesses estadunidenses na crise econômica, política e humanitária da Venezuela. Tendo por conclusões preliminares que o interesse dos EUA na crise venezuelana está na manutenção do seu papel hegemônico e, também, visando reforçar seu posicionamento político e econômico global.

O enfoque do artigo está na análise do governo de Donald Trump (2017-2020) que obtém características do Partido Republicano, de apoio ao livre mercado e capitalismo, forte defesa dos interesses nacionais e caráter social conservador. Analisa-se também como a política externa americana no governo Trump afetou a relação com a Venezuela.

Desta forma, o trabalho está dividido em três seções: a primeira parte explora as características do governo de Nicolás Maduro. Na segunda seção, abordamos a consolidação e as características da atual crise venezuelana. Por fim, a terceira parte trata da relação entre os EUA e a Venezuela, bem como dos interesses estadunidenses no país.

2 O Governo de Nicolás Maduro

Hugo Chávez, presidente da República Bolivariana da Venezuela de 1999 a 2012, ainda antes de 2009 (ano eleitoral), conseguiu aprovar uma reforma constitucional que possibilitou a reeleição ilimitada, fazendo com que ele pudesse permanecer no poder até a sua morte. Todavia, já nas eleições de 2012, percebeu-se uma grande baixa no favoritismo de Hugo Chávez, que foi eleito com 55,8% dos

votos em uma disputa contra Henrique Capriles Radonski, empresário venezuelano (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

Contudo, Hugo Chávez nem pôde governar já que estava em tratamento médico contra o câncer. Assim, neste período Nicolás Maduro assume como presidente interino do país. Chávez veio a falecer em 05 de março de 2013 e, como é estabelecido constitucionalmente, há um prazo de 30 dias para novas eleições nesses casos. Dessa maneira, em 14 de abril de 2013 Nicolás Maduro vence as eleições e se torna o 57º Presidente da Venezuela. A oposição repudiou essa atitude pois acreditava que Chávez, que nem assumiu a presidência, deveria ter como sucessor o presidente da Assembleia Nacional. A vontade da oposição de que o Presidente da Assembleia assumisse fracassou com a alegação de continuidade administrativa do mandato de Chávez, por ter concorrido à reeleição (GOMES; WINTER; ROSSI, 2015, p. 5, 6).

Sendo assim, Maduro cumpriu com a Constituição, permaneceu no governo por 30 dias e anunciou novas eleições presidenciais para 14 de abril de 2013, para um mandato de 6 anos. Durante a campanha eleitoral, Maduro chegou a usar a imagem de Hugo Chávez durante seus discursos na intenção de fazer dele uma "reencarnação política" do antecessor (OLIVEIRA; BARCELLOS, 2014).

As eleições tiveram um percentual de participação de 78,71% da população (sendo que na Venezuela o voto não é obrigatório), com Maduro vencendo-as com 50,75% dos votos a seu favor, contra 48,97% dos votos válidos para Henrique Capriles que já havia concorrido com Chávez nas últimas eleições. Todavia, essa eleição já era contestada pela oposição e Capriles afirmou que somente reconheceria a eleição após a contagem de 100% dos votos, indagando o sistema eleitoral (OLIVEIRA; BARCELLOS, 2014).

No cenário internacional, governos que se identificavam com os ideais Chavistas (principalmente da América Latina) reconheceram as eleições vencidas por Maduro, bem como outros como França, Portugal e Espanha (OLIVEIRA; BARCELLOS, 2014). O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) – na época composto por Chavistas – continuava alegando ilegitimidade das eleições. Mesmo assim, em junho de 2013, o CNE declarou a vitória de Maduro (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

Com a posse do governo, Nicolás Maduro foi muito criticado por grupos e políticos antichavistas que continuavam a manifestar-se contra o presidente. Em 2013 chegou-se a presenciar um embate físico e violento entre os parlamentares de ambas ideologias dentro da Assembleia Nacional (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 6).

Da mesma forma que a maioria dos sucessores, Nicolás Maduro buscou seguir os ideais já firmados por Hugo Chávez, porém sem o carisma que este possuía na visão da população. Assim, cria-se o descontentamento de parte da população, gerando ingovernabilidade e enfraquecimento da democracia, ao passo em que Maduro não governou conforme prometido durante as campanhas eleitorais (GOMES; WINTER; ROSSI, 2015).

Maduro, frente aos conflitos que estava enfrentando, posicionou-se de forma bruta, acusado de autoritarismo[2] ao relatar sobre as manifestações que ocorriam. Além disso, foi acusado de repressão à imprensa por censurar alguns programas de televisão como o *Globovisión* e *Televen* (OLIVEIRA; BARCELLOS, 2014). Assim, acabou criando uma política de distanciamento aos antichavistas e à Assembleia Nacional (tendo essa um presidente Chavista, Diosdado Cabello, e composta por 41% de oposição) (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

As metas do governo de Maduro dariam sequência ao trabalho de Hugo Chávez: disseminar o socialismo pelo país, aumentar o número de exportações de petróleo, findar a miséria persistente no país, e criar outros meios de produção para não depender somente da *commodity* petróleo. No período em que Hugo Chávez esteve no poder, tornou-se possível, devido aos preços estabelecidos no mercado internacional, que se criasse um programa de nacionalização do petróleo, fazendo com que sua arrecadação fosse aplicada em programas sociais, beneficiando de forma direta a população mais carente e estimulando o bem-estar de muitos cidadãos. Este projeto de nacionalização do petróleo, fez com que se gerassem ameaças de aumento na inflação, que buscaram serem solucionadas com a regulação do câmbio (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

As condições que Maduro tinha para cumprir as metas eram escassas. O país vivenciava um momento de crise no setor elétrico (gerando apagões), alta na

2 Manifestação degenerativa da autoridade. Ela é uma imposição da obediência e prescinde em grande parte do consenso dos súditos, oprimindo sua liberdade (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

inflação, poucos produtos básicos de subsistência, queda no PIB e desvalorização do câmbio (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

Maduro, por ordem presidencial, estabeleceu a baixa dos preços dos produtos nos mercados, além de limitar em 30% o lucro do setor privado, prejudicando os empresários. Estabeleceu o valor máximo que poderia ser cobrado de aluguel, fixou os valores dos automóveis e elevou os salários dos militares a até 60%, almejando o apoio do setor. Dessa forma, torna-se ainda mais notório que Maduro não possuía grande apoio da população como Chávez, então, buscou manter as forças militares do seu lado como uma força que garantisse sua permanência no poder, caso o confronto com a oposição se agravasse (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

Nicolás Maduro foi reeleito nas eleições de 20 de maio de 2018, que obtiveram 54% de abstenção, sendo que Maduro, dos votos válidos, obteve 67,7% a seu favor, contra 21,2% a favor de Henri Falcón. Foi uma eleição fortemente acusada de fraude. Sendo assim, a oposição de Maduro mobilizou a população para ir às ruas em forma de protesto e acabou confrontando a Guarda Nacional em manifestações que se tornaram violentas, tendo ocasionado até mortes (MOLEIRO, 2018).

3 A Crise na Venezuela

A crise política, econômica e humanitária que perpetua na Venezuela atualmente é o resultado de uma série de acontecimentos anteriores ao período; conflitos entre o governo atual e a oposição, iniciados desde a ascensão de Nicolás Maduro ao poder, como Presidente da República Bolivariana da Venezuela, em 2013, mas tendo seu ápice a partir de 2014. Estabelecem-se, assim, quatro motivos que desencadearam a crise na Venezuela: a situação econômica da década de 1980, a morte de Hugo Chávez em 2013, a queda no preço do barril de petróleo (principal produto exportado pelo país), e a estratégia escolhida pelo governo para lidar com a vitória da oposição nas eleições parlamentares em 2015, as quais compuseram a Assembleia Nacional venezuelana (GOMES; WINTER; ROSSI, 2015).

Nos anos 1980, com a disseminação da globalização[3], a influência do capital estrangeiro e as políticas neoliberais[4] dos governos da época, a Venezuela encontrava-se em crise econômica e social – consequência da concentração de capital nas mãos dos que possuem maior poder aquisitivo, gerando grande desigualdade social que permeia até a atualidade. Ou seja, a Venezuela baseou-se no conceito de globalização neoliberal de abertura da economia através da importação, e concentrou seu mercado nas exportações, além dos investimentos externos no ramo petrolífero, gerando assim uma cultura de dependência de mercado e entrada de capital estrangeiro que acabou contribuindo para o agravamento da crise, 30 anos depois (GOMES; WINTER; ROSSI, 2015).

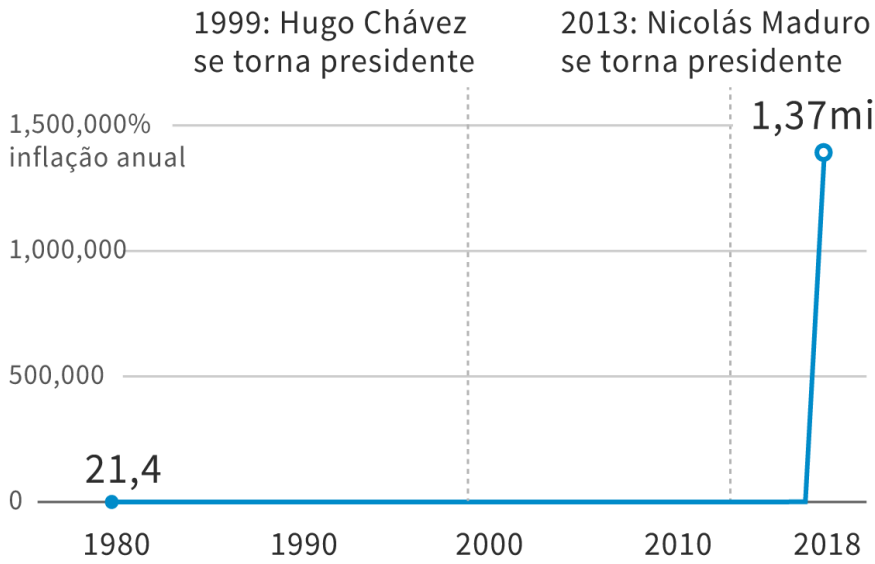
Ainda, como segunda causa para o estabelecimento da crise, possui-se ciência da representatividade e carisma que Hugo Chávez tinha para os venezuelanos, e se já não bastasse isso, era um exemplo para outros governos socialistas da América Latina. Grupos políticos de outras ideologias tentaram tomar o poder e consolidar o capitalismo no país. Dessa forma, Nicolás Maduro necessita de apoio popular, já que a Venezuela, atualmente, divide-se entre pessoas de classes mais baixas, os simpatizantes do socialismo do século XXI, e os de classe mais alta, os não-simpatizantes (empresários) (GOMES; WINTER; ROSSI, 2015).

Com Maduro, a inflação aumentou (Figura 1) e o Produto Interno Bruto (PIB) decaiu devido às medidas adotadas pelo presidente. Já no primeiro mandato, Maduro passou por um momento na economia com a baixa dos preços do petróleo, o principal produto de exportação do país, conforme é possível identificar na Figura 2.

3 Globalização não equivale a uma atual igualdade política, internacional, militar e econômica, mas sim pelas novas formas de desigualdade desses aspectos entre países. Também às novas formas de sociabilização alienadas à tecnologia, conceituando um mundo conectado, globalizado (HOBSBAWM, 2007).

4 "Alternativa de poder extremamente vigorosa constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista que se inicia ao final dos anos 60" (GENTILI, 1996).

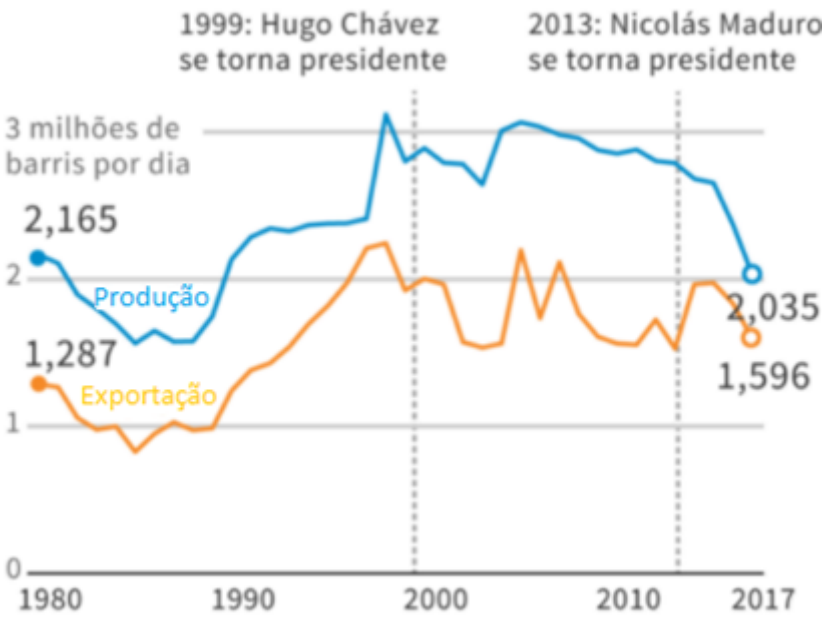
Figura 1 – Inflação na Venezuela está em níveis recordes



Fonte: O'Grady; Alcantara; Emamdjomeh (2019, tradução nossa).

O terceiro fator é o fato do preço dos barris de petróleo estar fortemente relacionado com o mercado mundial, e, por isso, um grande exportador desta matéria-prima torna-se dependente de questões internacionais que estão acima do seu poder de controle. O petróleo é o principal produto exportador da Venezuela, o que garante dados positivos do PIB venezuelano, bem como o equilíbrio da economia, considerável quantia de divisas nos bancos do país, e garante emprego aos tantos que trabalham no setor (GOMES; WINTER; ROSSI, 2015).

Figura 2 – Produção e exportação de petróleo venezuelano continua em declínio



Fonte: O'Grady; Alcantara; Emamdjomeh (2019, tradução nossa).

Durante o mandato do Presidente americano George W. Bush, em 2001, a Venezuela era consagrada a terceira maior vendedora de barris de petróleo para os EUA. Estes não aceitavam a inflexão da Venezuela em relação ao seu modelo de governo socialista. Depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, as atitudes estadunidenses endureceram ainda mais em relação às trocas comerciais, tendo restringindo também as feitas com a Venezuela (BANDEIRA, 2003).

O quarto e último motivo para o desencadear da crise é no âmbito parlamentar da Venezuela. Em 2015, os venezuelanos foram às urnas e escolheram como maioria de representantes a coalizão de partidos da *Mesa da Unidade Democrática* (MUD), partido opositor de Maduro. O resultado foi uma resposta da população aos problemas sociais e econômicos que o país estava passando. A forma com a qual o presidente Maduro respondeu foi não aceitando as eleições daquele ano, tendo em vista que o afetavam diretamente. Com a oposição já firmada no pleito

parlamentar, as propostas submetidas pelos Chavistas a eles passaram a ser rejeitadas, enquanto as que se opunham ao governo Chavista, foram aprovadas (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

A Venezuela segue uma ordem constitucional, tendo suas eleições resultantes de um processo democrático, e, por esse motivo, o seu governo é legítimo. Sendo assim, a comunidade internacional que reconhece Guaidó como presidente, tais como EUA, Brasil, Chile, Canadá, Austrália, Espanha e Grã Bretanha, apoia um governo ilegítimo. Enquanto governos de Rússia, Bolívia, Turquia, Cuba, Síria, Irã e China reconhecem Maduro como presidente da Venezuela (HJELMESETH, 2019).

Em 2021, a situação na Venezuela permanece crítica, com vários conflitos entre governo e oposição, bem como a escassez de alimentos e a crise migratória, já que, com o considerável aumento do desemprego, sem condições de viver num Estado que promova bem-estar social com o mínimo para sobreviver, os venezuelanos têm optado por migrar para outros países de fronteira como o Brasil e a Colômbia. Muitos venezuelanos enfrentam vários quilômetros e horas de caminhada em busca de melhores condições de vida em outros países. Todavia, ao chegarem, nem sempre a situação é conforme o esperado (PROFISSÃO REPÓRTER, 2021).

Por vezes os migrantes precisam ficar em casas de apoio, dormindo em quartos com várias pessoas, com higiene e alimentação precárias e sem dinheiro. Pacaraima, no estado de Roraima, é uma das cidades fronteiriças entre Venezuela e Brasil mais procuradas pelos migrantes. O governo brasileiro enfrentou dificuldades com a quantidade de venezuelanos no país, por isso, em fevereiro de 2020 este fechou as fronteiras impedindo novas entradas (MAIA; PRAZERES, 2020). Agora, com a pandemia gerada pela Covid-19, as fronteiras dos países permanecem fechadas e, além de ter que gerir a crise instaurada, a Venezuela precisa lutar contra um vírus que já matou milhões de pessoas no mundo todo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Após a saída de muitos venezuelanos do país, Maduro tem redobrado a fiscalização nas fronteiras devido à pandemia da Covid-19. A fronteira da Colômbia com a Venezuela, por exemplo, por ser uma região de alocação de milícias, provoca grande êxodo de habitantes. Assim, Maduro teme que as pessoas, ao ultrapassarem

a fronteira em direção à Venezuela, levem consigo o vírus (ESPAÑA; MANETTO; SINGER, 2020).

Atualmente, as consequências da crise na Venezuela não atuam somente nas relações econômicas, mas tornaram-se uma crise humanitária, migratória e, principalmente, política. É importante ressaltar que uma crise humanitária não se refere somente a conflitos armados e situações posteriores a desastres naturais, mas também quando há desordem e descaso do governo para com a sua população, gerando pobreza extrema, falta de alimentos, intensificação dos riscos de morbi-mortalidade e deslocamento forçado da população no país (FREITEZ, 2019).

Além da dependência econômica atrelada à produção e à venda de petróleo, em 2017, a Venezuela sofreu sanções econômicas impostas por Donald Trump, então presidente dos EUA, devido ao posicionamento ideológico de esquerda do governo Maduro (RODRIGUES, 2019). A combinação de maus acontecimentos representou à economia venezuelana uma das piores crises econômicas da sua história, gerando uma hiperinflação. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2019, houve um aumento de 10.000.000% na inflação e queda do PIB em 5% (RODRIGUES, 2019).

Juntamente com a hiperinflação, desvalorização do petróleo, crise e perseguição política e uma indústria nacional praticamente nula, instalou-se no país uma crise humanitária pelo aumento gigantesco dos preços e pela falta de produtos como medicamentos, alimentos e material de higiene, levando o país a viver em uma situação de miséria social. Inicia-se um processo de migração forçada da população venezuelana, principalmente, para países vizinhos onde são recebidos como refugiados (RODRIGUES, 2019).

Em 2018, já em consequência da crise migratória, 2,648 milhões de venezuelanos estavam morando no exterior, representando aproximadamente 8,3% da sua população, que tem no total 31,8 milhões. Os países que mais receberam migrantes venezuelanos foram Colômbia, Peru, Chile, Equador, Brasil e Argentina. De acordo com a situação atual da Venezuela, o fluxo migratório continuará existindo e somente reduzirá conforme as condições de vida no país se estabilizarem (FREITEZ, 2019).

4 A Relação entre Estados Unidos e Venezuela

No ano de 1823, o presidente dos EUA, James Monroe, declarou ser considerada inaceitável qualquer intervenção europeia nos Estados americanos, no sentido da recolonização, dado que esses eram, dado o momento histórico, Estados independentes (SEITENFUS, 2003). Desde então, em muitos momentos da história, presidentes estadunidenses têm se utilizado do discurso do presidente Monroe, que ficou conhecido como a Doutrina Monroe, para reafirmar seu papel de hegemonia sobre a América Latina, visto que se mostraram intolerantes a quaisquer interferências externas no sul do continente, conforme abordado a seguir.

Uma importante reinterpretação da Doutrina Monroe ocorreu no governo do presidente Theodore Roosevelt, no ano de 1904, e significou um marco sobre o controle que os EUA exerciam sobre a América do Sul. O Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe, como ficou conhecida essa política, estabelecia que os EUA podiam intervir em conflitos latino-americanos com a finalidade de manter regimes democráticos e garantir a estabilidade econômica desses países (TEIXEIRA, 2014).

Ao avaliarmos as políticas externas dos últimos três presidentes norte-americanos, George W. Bush (2001-2009), Barack Obama (2009-2017) e Donald Trump (2017-2020), pode-se notar que cada um formulou de forma diferente sua agenda em relação à América Latina e às políticas de ação voltadas para a região. George W. Bush, que havia prometido estreitar relações com a América Latina no período de sua campanha eleitoral, não obteve êxito na região durante seus mandatos como presidente dos EUA, tornando-se impopular na América Latina. O enfoque de seu governo voltou-se para a "Guerra ao Terror", consequência dos atos de 11 de setembro de 2001, colocando em segundo plano a relação e os compromissos do país com os países sul-americanos (FONSECA, 2008).

A ascensão de governos de esquerda na América do Sul no início dos anos 2000, com Lula na presidência do Brasil em 2002, Néstor e Cristina Kirshner na Argentina (2003 e 2007) e a permanência de Chávez na Venezuela, por exemplo, fez com que Bush se preocupasse com o perigo da esquerda no poder num mundo pós-Guerra Fria. Aos governos de esquerda em Cuba, Brasil e Venezuela, o presidente

Bush alertou para uma possível formação de um novo "Eixo do Mal" (FONSECA, 2008).

O governo do presidente Barack Obama, por sua vez, separou certa atenção às suas políticas externas para a região sul do continente, propondo mais cooperação entre os EUA e a América Latina através de uma maior igualdade e respeito às diversidades políticas, ideológicas e culturais, afastando a antiga política de imposição estadunidense sobre a região, e dando mais atenção aos países latinos em comparação com o presidente anterior (PECEQUILO; FORNER, 2017). Ao referir-se à Venezuela, Obama mostrava-se preocupado com a crise, alegando que o fracasso do país significava perdas econômicas também para a Colômbia, o México e os EUA. O presidente declarou, em 2015, que a Venezuela representava uma ameaça à sua segurança nacional. Assim, congelou bens e patrimônios de diversas autoridades venezuelanas acusadas de corrupção e afronta aos direitos humanos (OBAMA…, 2015, 2016).

Donald Trump restaurou a utilização de referências à Doutrina Monroe e ao Corolário Roosevelt nas políticas externas para a América Latina formuladas em seu governo (JUNIOR, 2020, p. 15). Ele assumiu o cargo de presidente dos EUA em janeiro de 2017, e seu mandato representando o Partido Republicano se encerrou em janeiro de 2021. O seu governo apresentava características protecionistas, simpatizantes ao capitalismo de livre mercado, à livre iniciativa, ao conservadorismo fiscal, uma forte defesa nacional e de caráter social conservador com base nos princípios tradicionais religiosos cristãos (LOPES, 2019). O próprio *slogan* de campanha do presidente, "Make America Great Again" ("Tornar a América Grande Novamente"), fez referência ao protecionismo e nacionalismo que guiaram os princípios e as ações do governo. Também foi este que o elegeu, pois, muitos estadunidenses se identificaram com a promessa do até então candidato Trump, em reconstruir o país e interromper o status quo político (WHITE HOUSE, 2018).

Com a promessa de retomar o posicionamento dos EUA como potência econômica, Trump priorizou um discurso de processo industrial e comercial do país, visando produzir em solo americano, com força de trabalho americana e no final, comercializar os produtos no próprio território norte-americano (LOPES, 2019). A política externa estadunidense no governo Trump mostrou-se nacionalista

e protecionista ao extremo, tendo tido como prioridade a defesa nacional, trazendo outro *slogan* de campanha: "America First" (América em Primeiro Lugar). Sendo assim, uma das fortes ações do governo Trump foi o controle de imigrantes ilegais no país (ALFONSO, 2019) e a suspensão de vistos de cidadãos, por exemplo, de países do Oriente Médio e até mesmo a proibição da entrada destes no território norte-americano; outro país afetado por esta norma foi a Venezuela (LOPES, 2019).

Outra característica deste governo foi a decisão de acordos e parcerias bilaterais, deixando o posicionamento multilateral, principalmente, em referência a tratados internacionais. Como ocorreu em 2017, quando os Estados Unidos iriam se retirar do Acordo de Paris, tratado que está no âmbito da ONU e visa diminuir as emissões dos gases de efeito estufa. O presidente alegou que este tratado interferia no desenvolvimento econômico do país (LOPES, 2019).

Em geral, o governo Trump não obteve uma política externa definida. Atuou em diferentes áreas, buscando somente o benefício próprio e em prol de sua segurança interna, o que causou impactos negativos no sistema internacional, gerando tensões e momentos de incertezas, não existindo mais espaço para discussões multilaterais (LOPES, 2019, p. 29). A ingerência norte-americana nas Américas Central e do Sul também ocorreu visando afastar ameaças de governos não-alinhados com as políticas e as visões de mundo dos Estados Unidos, como é o caso de Cuba, Nicarágua e Venezuela (AYERBE, 2019).

Trump seguia uma orientação política de cunho nacionalista, centrando esforços principalmente nos problemas domésticos do país. No âmbito internacional, através de uma abordagem realista de Relações Internacionais, ele encarou o mundo como uma esfera extremamente competitiva e perigosa (JUNIOR, 2020), portanto, acreditava que a China e a Rússia, por exemplo, consideradas potências revisionistas, ou seja, Estados insatisfeitos com o *status quo*, apresentam ameaças à sua hegemonia em diversas regiões do planeta, como é o caso da América Latina, prejudicando os interesses e a política dos EUA na região (U.S. MISSION BRAZIL, 2017).

De acordo com a Estratégia de Segurança Nacional do governo Donald Trump, divulgada em 2017, os principais desafios e ameaças à posição de mundo dos EUA são: a) os ditadores regionais, b) os terroristas, e c) "os poderes revisionistas,

como a China e a Rússia, que usam tecnologia, propaganda e coerção para moldar um mundo que representa a antítese de nossos interesses e valores" (U.S. MISSION BRAZIL, 2017, online).

A presença da Rússia na Venezuela representa, aos EUA, uma ameaça à sua hegemonia, fazendo referência ao período da Guerra Fria, em que socialistas e capitalistas disputavam o lugar de superpotência global. Em abril de 2019, Putin enviou a Caracas, capital da Venezuela, aeronaves militares com equipamentos e soldados demonstrando seu apoio ao governo de Maduro, que possui, como mencionado anteriormente, forte ligação com as forças militares de seu país. Essa ação colide diretamente com os ideais dos EUA, que estenderam seu apoio ao autodeclarado presidente venezuelano Juan Guaidó (LISSARDY, 2019a).

O antecessor de Maduro, Hugo Chávez, havia assinado um acordo militar com a Rússia para o provimento e a manutenção militar de aviões, tanques e sistemas de defesa quando fosse necessário, o que influenciou essa ação russa (LISSARDY, 2019a). O então Conselheiro para Segurança Nacional dos EUA, John Bolton, declarou que os Estados Unidos manifestaram-se contrários à chegada de recursos militares em abril de 2019 vindos de atores externos ao Ocidente, considerando essas operações de expansão militar uma ameaça direcionada à paz e à segurança internacional na região. Trump completou dizendo que inúmeras opções estariam disponíveis para eliminar a presença russa no território venezuelano (LISSARDY, 2019b).

A ligação entre Venezuela e Rússia foi muito fortalecida em função do relacionamento militar entre os dois países. Ao longo dos anos, Caracas adquiriu mais de quatro bilhões de dólares em armamentos e equipamentos como plataformas, mísseis e foguetes para suas forças militares oriundos do exército da Rússia (JUNIOR, 2019).

O relacionamento direto entre Rússia e Venezuela coloca em xeque as chamadas "Zonas de Influência" que haviam sido definidas durante a Guerra Fria, que proibia a intervenção dos EUA ou da União Soviética nos países que estivessem sob o domínio ou sob a área de proteção do outro. A União Soviética não poderia atuar na América Latina e países próximos e os Estados Unidos, da mesma forma, manter-se-iam afastados da Europa Oriental. Entretanto, Cuba foi uma exceção

pois era aliada da União Soviética durante a Guerra Fria, inclusive o país serviu para instalação de arsenais nucleares soviéticos voltados aos EUA no episódio que ficou conhecido como a Crise dos Mísseis de Cuba em 1962 (LISSARDY, 2019a). Com o passar do tempo, contudo, esse limite imposto pelas zonas de influência não pôde mais ser observado.

Além disso, quando Hugo Chávez tornou-se presidente da Venezuela, o país assinou mais de duzentos tratados com a Rússia. Desde tratados de cooperação técnica militar, como já mencionado acima, até acordos sobre compartilhamento de certos tipos de tecnologias, cibersegurança russa, contratos de venda de produtos agrícolas russos, entre outros. Muitos desses acordos não foram cumpridos, mas, de qualquer forma, exigiram contato diplomático e visitas entre os dois países e seus respectivos governantes, estreitando suas relações (ROUVINSKI, 2019 *apud* JUNIOR, 2019, p. 15).

Desse modo, portanto, as principais causas do restabelecimento da ingerência dos EUA na América Latina durante o governo Trump seria a influência econômica da China em países como o Brasil, por exemplo (JUNIOR, 2020), e as perspectivas políticas da Rússia sobre países como a Venezuela, Cuba e Nicarágua, enfraquecendo o estilo de vida estadunidense semeado na região. Assim, esses países acabaram percebendo um aumento do poder estadunidense sob seu território para conter o avanço de potências externas (BOLTON, 2018 *apud* AYERBE, 2019). Outros pontos imprescindíveis que abrangem a ingerência norte-americana na região são, conforme Junior (2020, p. 21), "temas ligados a ameaças de segurança, como tráfico de drogas, assistência humanitária e alívio a desastres".

A aproximação de Putin com o governo venezuelano de Maduro fez com que a atenção dos EUA se voltasse para a Venezuela, como forma de garantir que sua hegemonia no país não fosse tomada pela Rússia. Esperando restaurar o capitalismo e a democracia estabelecidos no país, Donald Trump declarou seu apoio ao presidente interino autoproclamado da oposição, Juan Guaidó, haja vista que as ideias políticas e econômicas de Maduro não condizem com os interesses dos Estados Unidos (HJELMESETH, 2019).

Visando, desse modo, manter seu papel de hegemonia sobre os países da América Latina, a interferência norte-americana na Venezuela, neste período em

que o país se encontra em uma crise política, econômica, social e humanitária, pôde ser observada nos âmbitos político e diplomático. Além do exposto, o petróleo venezuelano é uma questão que está em pauta nesse jogo de interesses entre Rússia e Estados Unidos, sobretudo se considerarmos a importância do petróleo para a economia da Venezuela, conforme já mencionado (RODRIGUES, 2019).

É de fundamental importância ressaltar que na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), em seu artigo 2.4 do capítulo I, é abordado que os membros da ONU devem evitar a ameaça ou o uso da força em suas relações com outros Estados. Por outro lado, o artigo 41 trata que outras medidas podem ser tomadas, como é o caso das sanções, se forem aprovadas pelo Conselho de Segurança como instrumento de mediação e resolução pacífica de controvérsias que possam ameaçar a paz e a segurança mundial. Entretanto, as sanções tomadas pelos EUA sobre a Venezuela partiram de atos unilaterais, por acreditarem na ilegitimidade do atual governo venezuelano (BRASIL, 1945).

As primeiras sanções americanas lançadas à Venezuela iniciaram-se ainda em 2017, primeiro ano de Trump no poder dos Estados Unidos. Como uma das primeiras sanções financeiras, o governo norte-americano proibiu o acesso do governo da Venezuela aos mercados de ações dos Estados Unidos (CHAGAS, 2019).

No ano seguinte, em 2018, a proibição passou a abranger também as emissões de moeda digital pelo governo de Maduro, o que levou à criação de uma criptomoeda venezuelana chamada Petro[5]. O objetivo era minimizar os efeitos da sanção ou até mesmo evitar as suas consequências. Ainda em 2018, os Estados Unidos incluíram o embargo de transações de compra de dívida venezuelana visando diminuir os casos de corrupção entre os políticos e funcionários do governo, que ficaram incapacitados de vender os ativos públicos em troca de propina (CHAGAS, 2019).

O principal produto exportado pela Venezuela, o petróleo, foi diretamente atingido com as sanções econômicas direcionadas em 2017, refletindo negativamente na sua produção. Como consequência, a indústria petroleira perdeu US$ 6 bilhões em receita no ano de 2018. Dessa forma, as consequências dessas implicações

5 Petro é a criptomoeda criada no governo de Maduro em 2018 com o objetivo de minimizar os efeitos da crise econômica venezuelana e das sanções impostas pelo governo norte-americano. A iniciativa visava um estímulo econômico, visto que essa moeda virtual estaria atrelada ao Bolívar Venezuelano, moeda da Venezuela, sobre a qual o país possui extensas reservas (CUNHA; SEQUEIRA; KUNIMOTO, 2019).

impostas sobre a Venezuela prejudicaram ainda mais os efeitos da crise, conforme abordam Weisbrot e Sachs:

> É importante enfatizar que quase toda a moeda estrangeira necessária para importar medicamentos, alimentos, equipamentos médicos, peças sobressalentes e equipamentos necessários para a geração de eletricidade, sistemas de água ou transporte é recebida pela economia venezuelana através da receita do governo proveniente da exportação de petróleo. Assim, quaisquer sanções que reduzam as receitas de exportação e, portanto, as receitas do governo, reduzem as importações desses bens essenciais e, em muitos casos, de produtos que salvam vidas (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 2).

Assim, as diversas sanções econômicas, além de agravarem a crise, contribuíram para que a inflação atingisse altas taxas entre os meses de janeiro e agosto de 2017, ficando entre 758% e 1.350%. No ano de 2019, novos embargos ocorreram. Os Estados Unidos deixaram de comprar o petróleo da Venezuela durante duas semanas, sendo que, durante o ano de 2018, o país havia comprado 35,6% de todas as exportações de petróleo venezuelano. Além disso, os EUA influenciaram outros países, como a Índia, a não importarem os barris de petróleo da Venezuela. Como resultado dessa ação, houve uma diminuição de cerca de 431.000 barris de petróleo fabricados por dia no mês de março, totalizando uma queda de 36,4% na produção (WEISBROT; SACHS, 2019).

Apesar de várias ameaças de intervenção militar direta pelos EUA, essa de fato, não se observou no governo Trump. Em 2019, quando Juan Guaidó se autoproclamou presidente interino, as ameaças ficaram mais evidentes, mas não aconteceram. Em maio do mesmo ano, Mike Pompeo, secretário de Estado norte-americano, afirmou que a ação militar poderia ser possível, se necessário. A fala e as ações por parte do governo estadunidense se referiam à queda do governo, considerado por eles ilegítimo, de Nicolás Maduro, sendo substituído por Guaidó. Como isso não aconteceu, em parte pelo apoio que Maduro recebe dos militares, a investida militar americana não ocorreu (LISSARDY, 2019b). Cabe ressaltar que muitos Estados visualizam, e também conforme expresso na Carta da ONU, que essa intervenção através da utilização da força militar é considerada ilegal, o que pode ter influenciado diretamente a tomada de decisão do governo Trump acerca desse aspecto (BRASIL, 1945).

5 Conclusões

Haja vista o atual momento de crise econômica, política e humanitária em que se encontra a Venezuela de Nicolás Maduro, o cumprimento da Constituição venezuelana prevê o direito de resistência, o que significa a permissão dada ao povo de resistir por aquilo que acredita, em busca do que acreditam ser melhor para o país e para si mesmos. O objetivo do governo deve ser o de proteger os direitos invioláveis dos indivíduos, a partir do princípio democrático, da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Bem como promover o diálogo entre seu governo e a oposição a fim de, através do diálogo, buscar uma solução para a situação atual (OLIVEIRA; BARCELLOS, 2020)

Quanto ao futuro da Venezuela, prevê-se uma possível reviravolta no governo se houver a ascensão do líder da oposição, Juan Guaidó, como presidente da República Bolivariana da Venezuela. Isso significaria a mudança no modelo de governo e por isso poderia instigar muitas potências e organizações internacionais em todo o mundo (HJELMESETH, 2019; LISSARDY, 2019a).

A ingerência de países como China e Rússia em áreas que originalmente não faziam parte do seu âmbito de atuação, ressalta a vontade destes em aumentar seu poder de influência no mundo e disseminar seus ideais políticos e econômicos, através da conquista de mais aliados. Por outro lado, os EUA se utilizam de saídas políticas e diplomáticas ou até mesmo através da ameaça de utilização de poderio militar com a finalidade de manter as Zonas de Influência norte-americanas sob seu domínio (LISSARDY, 2019a).

No contexto da crise venezuelana, a aproximação da Rússia através do repasse de equipamentos militares e apoio ao governo de Nicolás Maduro atraiu ainda mais a atenção dos EUA. Objetivando o enfraquecimento do governo de Maduro e ressaltando seu apoio a Guaidó como presidente da Venezuela, Trump lançou sanções no país, em sua maioria de cunho econômico. Além disso, utilizou-se inúmeras vezes de ameaças de intervenção militar no país, que não ocorreram durante seu mandato (LISSARDY, 2019b). Em partes, essa resistência estadunidense deu-se, primeiramente, pelo apoio que Nicolás Maduro recebe das forças militares da Venezuela e, segundamente, pela impressão que esse ato interventivo

unilateral e ilegal, de acordo com disposições da Carta da ONU, poderia gerar aos outros Estados (BRASIL, 1945).

Dessa forma, fica visível a interferência dos Estados Unidos nos países da América Latina, principalmente na Venezuela através do apoio direcionado a Juan Guaidó e em função das sanções e embargos atribuídos, com o objetivo de manter sua hegemonia e sua força política e econômica global. Assim, os Estados Unidos de Donald Trump buscavam fortalecer sua visão de mundo, antissocialista e de partidos de esquerda, e afastar ameaças de outros Estados ao exemplo de Rússia e China, que teriam interesses em alterar o *status quo*. Além de tornar a Venezuela um país aliado, principalmente quando referente aos recursos naturais do país.

United States Interference in Venezuela Under the Trump Administration

Abstract: According to the uncertain situation in Venezuela, some countries induce political and economic influence in the country; among them is the United States, one of the world's superpowers. Therefore, this article aims to look at what the U.S.' interests in Venezuela are, considering the political, humanitarian and economic crisis that the country is experiencing since the beginning of Nicolás Maduro's government in 2013. It will analyze Maduro's government that led to the consolidation of the crisis. In addition, it details the diplomatic means and sanctions that Donald Trump used to interfere in the Venezuelan crisis and guarantee its hegemony in the region when countries such as Russia approach Latin America.

Keywords: Crisis in Venezuela. United States. Interventionism. Chavismo.

Referências

ALFONSO, Mariana Dias. **O papel dos Think Tanks conservadores na legitimação da política externa dos Estados Unidos durante o governo de Donald Trump (2016-2019)**. Orientador: Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça. 2019. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: http://clyde.dr.ufu.br/bitstream/123456789/25770/4/PapelThinkTanks.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

AYERBE, Luis Fernando. La Política de la Administración Trump para América Latina: ¿Reinvención de la Doctrina Monroe? **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 225-240, jan. 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/145. Acesso em: 01 maio 2020.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Os EUA e a crise na Venezuela. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 2, n. 20, jan. 2003. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41308/751375139059. Acesso em: 15 abr. 2020.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro?. **Revista Derecho y Cambio Social**, Lima, v. 15, n. 52, p. 1-16, abr. 2018. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista052/VENEZUELA_EM_CRISE.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945**. Promulga a Carta das Nações Unidas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm. Acesso em: 14 maio 2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Volume 1. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

CHAGAS, Vivianne. Venezuela: uma Economia Sancionada. **Paper,** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/42178973/Venezuela_Uma_economia_sancionada. Acesso em: 13 maio 2020.

CUNHA, Luiz Felipe Borges; SEQUEIRA, Leandro Tortosa; KUNIMOTO, Simone Yukimi. Moedas virtuais: um novo Dólar ou um Bolívar venezuelano?. **Multitemas**, Campo Grande, v. 24, n. 58, p. 89-114, 2019. Disponível em: https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/2402. Acesso em: 17 ago. 2020.

ESPAÑA, Sara; MANETTO, Francesco; SINGER, Florantonia. Países da América do Sul fecham fronteiras e ensaiam cooperação diplomática para conter a pandemia. **El País**, 17 mar. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-17/paises-da-america-do-sul-fecham-fronteiras-e-ensaiam-cooperacao-diplomatica-para-conter-pandemia.html . Acesso em: 15 maio 2020.

FONSECA, Carlos da. O Governo George W. Bush e o relacionamento EUA -América Latina. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 19, p. 147-158, set. 2008. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992008000200011. Acesso em: 07 jul. 2020.

FREITEZ, Anitza. Crisis humanitaria y migración forzada desde Venezuela. *In*: GANDINI, Luciana; ASCENCIO, Fernando Lozano; PRIETO, Victoria (Coord.). **Crisis y migración de población venezolana: entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica**. Coyoacán: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p. 33-58. Disponível em https://www.sdi.unam.mx/docs/libros/SUDIMER-CyMdPV.pdf. Acesso em: 16 maio 2020.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In*: SILVA, T. T. da; GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996. p. 9-49. Disponível em: https://rl.art.br/arquivos/4002523.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

GOMES, Eduardo Biacchi; WINTER, Luís Alexandre Carta; ROSSI, Amélia Sampaio. Protestos na Venezuela e a busca do diálogo. **Cadernos da Escola de Direito**, Curitiba, v. 2, n. 23, p. 2-7, jul./dez. 2015. Disponível em: https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3000. Acesso em: 16 maio 2020.

HJELMESETH, Kristofer Haugen. **Why does the United States support Juan Guaidó in Venezuela?**. Orientador: Kristian Bernhof Ellinggard. 2019. 28f. Projeto de Conclusão de Curso (Bacharelado em International Politics) – Faculty of Social and Educational Sciences, Norwegian University of Science and Technology, Trondheim, 2019. Disponível em: https://ntnuopen.ntnu.no/ntnu-xmlui/bitstream/handle/11250/2613566/no.ntnu%3ainspera%3a2312717.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 abr. 2020.

HOBSBAWM, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JUNIOR, Augusto W. M. Teixeira. Geopolítica e Postura Estratégica da Rússia na Crise da Venezuela. **Análise Estratégica**, Brasília, v. 14, n. 4, p. 21-42, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Augusto_Teixeira_Junior/publication/337427917_Geopolitica_e_Postura_Estrategica_da_Russia_na_Crise_da_Venezuela/links/5dd6c92b299bf10c5a26b62c/Geopolitica-e-Postura-Estrategica-da-Russia-na-Crise-da-Venezuela.pdf. Acesso em: 01 maio 2020.

JUNIOR, Augusto W. M. Teixeira. Geopolítica e Postura Estratégica dos Estados Unidos na Crise da Venezuela. **Análise Estratégica**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 7-24, 2020. Disponível em: http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEExAE/article/view/3401/2770. Acesso em: 21 abr. 2020.

LISSARDY, Gerardo. Crise na Venezuela: Por que a presença da Rússia no país sul-americano desafia velhas regras da Guerra Fria. **BBC Brasil,** 13 abr. 2019a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47822319. Acesso em: 01 maio 2020.

LISSARDY, Gerardo. Os EUA podem realmente invadir a Venezuela?. **BBC Brasil,** 05 maio de 2019b. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48143194. Acesso em: 14 maio 2020.

OPES, Ana Flávia. **Trumpismo e Soft Power:** Um estudo sobre a construção da imagem dos Estados Unidos no governo de Donald Trump. Orientador: Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça. 2019. 36f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: http://200.19.146.153/bitstream/123456789/26578/3/TrumpismoSoftPower.pdf. Acesso em: 11 maio 2020.

MAIA, Gustavo; PRAZERES, Leandro. Coronavírus: Brasil vai barrar entrada de venezuelanos pela fronteira com Roraima. **O Globo,** 17 mar. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-brasil-vai-barrar-entrada-de-venezuelanos-pela-fronteira-com-roraima-24310959. Acesso em: 14 jun. 2020.

MARCO, Daniel García. Quais as consequências das sanções dos EUA para a economia da Venezuela?. **BBC Mundo**, 26 ago. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41060655. Acesso em: 16 maio 2020.

MOLEIRO, Alonso. Maduro é reeleito presidente da Venezuela com uma forte abstenção e em meio a denúncias de fraude. **El País,** Caracas, 21 maio de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/20/internacional/1526840397_319633.html. Acesso em: 25 abr. 2020.

OBAMA declara Venezuela uma ameaça à segurança dos EUA. **G1**, São Paulo, 09 mar. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/obama-amplia-sancoes-contra-autoridades-venezuelanas.html. Acesso em: 23 jul. 2020.

OBAMA está preocupado com a crise na Venezuela e cobra um 'governo legítimo'. **Veja**, 15 mar. 2016. Disponível em: https://veja.abril.com.br/mundo/

obama-esta-preocupado-com-a-crise-na-venezuela-e-cobra-um-governo-legitimo/. Acesso em: 23 jul. 2020.

O'GRADY, Siobhán; ALCANTARA, Chris; EMAMDJOMEH, Armand. Venezuela's crisis in 5 charts. **The Washington Post**, Washington, 26 jan. 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/venezuelas-crisis-in-5-charts/2019/01/26/97af60a6-20c4-11e9-a759-2b8541bbbe20_story.html. Acesso em: 14 maio 2020.

OLIVEIRA, Aline de; BARCELLOS, Bruna Leal. A democracia no governo de Nicolás Maduro. **Revista Vernáculo**, Curitiba, n. 33, p. 153-170, 2014. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/vernaculo/issue/viewIssue/1770/107. Acesso em: 25 abr. 2020.

OMS. Who Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Disponível em: https://covid19.who.int/. Acesso em 05 maio 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; FORNER, Clarissa Nascimento. Obama e a América Latina (2009/2016): estagnação ou avanços? **Monções**, v. 6, n. 11, p. 370-394, 2017. Disponível em: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6936. Acesso em: 03 jul. 2020.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. A Revolução Bolivariana e a Venezuela de Hugo Chávez: história e interpretações (1999-2013). *In*: SCHURSTER, Karl; ARAUJO, Rafael (orgs.). **A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015. p. 90-115.

PROFISSÃO REPÓRTER revela drama dos migrantes venezuelanos em Roraima. **G1**, 07 abr. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/04/07/profissao-reporter-revela-o-drama-dos-migrantes-venezuelanos-em-roraima.ghtml. Acesso em: 08 maio 2021.

RODRIGUES, João Pedro. **Hiperinflação Em Curso: Um Estudo De Caso Sobre A Venezuela.** Orientador: Antonio Luis Licha. 2019. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/11698/1/JPRodrigues.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

EABRA, Rafael. A Revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 211-220, jul./dez. 2010. Disponível

em: https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/13425/8663. Acesso em: 05 maio 2020.

SEITENFUS, Ricardo. A construção da ALCA: Doutrina Monroe, Destino Manifesto, ou integração soberana?. *In:* JUNIOR, Alberto do Amaral; SANCHES, Michelle Ratton. **O Brasil e a Alca: os desafios da Integração**. São Paulo: Aduaneiras, 2003. p. 33-43. Disponível em: http://seitenfus.com.br/arquivos/construcao-alca.pdf. Acesso em: 21 abr. 2020.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Uma política para o continente – reinterpretando a Doutrina Monroe. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 115-132, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292014000200115&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 21 abr. 2020.

U.S. MISSION BRAZIL. O presidente Trump anuncia a Estratégia de Segurança Nacional. **Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil,** 18 dez. 2017. Disponível em: https://br.usembassy.gov/pt/o-presidente-trump-anuncia-estrategia-de-seguranca-nacional/. Acesso em: 23 abr. 2020.

WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey. **Sanções Econômicas como Punição Coletiva**: O Caso da Venezuela. Center for Economic and Policy Research, 2019. Disponível em: https://www.cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-05-portuguese.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

WHITE HOUSE. **President Donald J. Trump**. 2018. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/people/donald-j-trump/. Acesso em: 11 maio 2020.